

# PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE - PB

## AGENTE ADMINISTRATIVO

- *Língua Portuguesa*
- *Raciocínio Lógico*
- *História de Campina Grande - PB*
- *Legislação e Ética no Serviço Público*
- *Conhecimentos Específicos*
- *Redação Discursiva (On-line)*



DE ACORDO COM EDITAL Nº 01/2026

Conteúdo de acordo  
com o Edital  
Questões gabaritadas  
da banca Idecan

# **PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE - PB**

**Agente Administrativo**

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Agente Administrativo de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura de Campina Grande - PB.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IDECAN*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Redação Discursiva disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

**ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE  
ADQUIRIR  
A VERSÃO  
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL .....	9
LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS .....	9
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS .....	12
■ ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS E OPERADORES SEQUENCIAIS.....	12
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	17
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	19
■ SINTAXE E CONSTRUÇÃO FRASAL.....	21
SINTAXE: PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO .....	28
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	32
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	34
■ FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS .....	39
FLEXÃO NOMINAL.....	40
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO .....	45
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS .....	48
FLEXÃO VERBAL.....	49
■ PONTUAÇÃO.....	55
■ MORFOLOGIA, ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS .....	59
■ NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ORTOGRAFIA OFICIAL.....	63
ACENTUAÇÃO GRÁFICA .....	64
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	77
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E DEDUÇÃO .....	77
ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIO.....	77
Avaliação das Condições Utilizadas para Estabelecer a Estrutura Lógica das Relações Apresentadas.....	77
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES FORNECIDAS .....	78

■ OPERAÇÕES LÓGICAS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: COMPREENSÃO E ANÁLISE LÓGICA DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.....	78
■ COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS .....	86
RACIOCÍNIO VERBAL .....	86
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO .....	86
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	86
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	87
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS .....	87
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	95
HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB .....	127
■ HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA .....	127
LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	129
■ LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO.....	129
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE .....	129
LEI FEDERAL Nº 13.709, DE AGOSTO DE 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).....	133
LEI FEDERAL Nº 12.527, DE NOVEMBRO DE 2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) .....	152
■ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	172
■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA .....	173
■ ÉTICA E MORAL: DEFINIÇÃO E DISTINÇÃO .....	175
■ VALORES, VIRTUDE, HONESTIDADE, INTEGRIDADE, DECORO E ZELO NO SERVIÇO PÚBLICO: CONCEITOS.....	176
■ ÉTICA, DEMOCRACIA, CIDADANIA E O PAPEL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	177
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADOS À ÉTICA.....	178
APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	178
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	179
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.....	179
PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	180

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE .....	180
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA .....	181
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	187
■ REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E DOCUMENTOS EM GERAL .....	187
REDAÇÃO OFICIAL – CORRESPONDÊNCIA E ATOS OFICIAIS, MODELOS OFICIAIS, OFÍCIOS E REQUERIMENTOS.....	187
Pronomes de Tratamento e Formas de Tratamento.....	191
Normas para Elaboração de Textos, Envelopes e Endereçamento Postal.....	193
Documentos Administrativos, seus Modelos e Comunicação Escrita e Oral.....	200
Documentos Oficiais – Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Apostilas .....	208
Abreviaturas, Siglas e Símbolos.....	217
■ DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	221
■ DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO .....	222
ARQUIVO .....	224
ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ESPAÇO DE TRABALHO .....	234
ROTINAS DE DOCUMENTOS .....	234
■ LEI Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) E NOÇÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	236
■ ATOS ADMINISTRATIVOS.....	236
CONCEITO .....	236
REQUISITOS .....	237
ATRIBUTOS .....	240
CLASSIFICAÇÃO .....	241
ESPÉCIES .....	243
PROTOCOLO.....	243
GESTÃO DOCUMENTAL.....	243
SISTEMAS E MÉTODOS DE ARQUIVAMENTO .....	246
NOÇÕES DE ARQUIVÍSTICA.....	257
TÉCNICAS SECRETARIAIS.....	258
ORGANIZAÇÃO E SECRETARIADO DE REUNIÕES.....	260
ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E APOIO A EVENTOS .....	261

LOGÍSTICA ADMINISTRATIVA.....	262
ATENDIMENTO PRESENCIAL E TELEFÔNICO .....	263
ATENDIMENTO VIRTUAL .....	264
QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	267
POSTURA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	271
NOÇÕES DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS E USO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS .....	273
<b>■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>276</b>
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, .....	276
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA .....	284
PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	297
PODERES ADMINISTRATIVOS.....	299
CONTROLE INTERNO E EXTERNO .....	307
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	309
RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO .....	309
ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	310
TRANSPARÊNCIA .....	311
<b>■ LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E COMPRAS PÚBLICAS, COM ÊNFASE NA LEI Nº 14.133/2021 .....</b>	<b>312</b>
<b>■ ORÇAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>366</b>
PPA E LDO .....	378
LOA .....	378
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 .....	382
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	389

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

### LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

### INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

### Dica

**Interpretar** é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

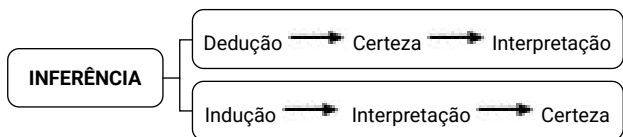
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

### A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação.

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## ESTRUTURAS LÓGICAS E DEDUÇÃO

### ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIO

#### Avaliação das Condições Utilizadas para Estabelecer a Estrutura Lógica das Relações Apresentadas

Neste tipo de conteúdo, intitulado “**estrutura lógica de relações arbitrárias**”, você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação (do tipo “Maria não é a mais nova”), sejam afirmações (como “João é o mais velho”).

Você perceberá, também, que frases de afirmação fornecem mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes — ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo, não havendo nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para a finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO – 2012) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

- a) Alemanha e 150 cavalos.
- b) Alemanha e 110 cavalos.
- c) Japão e 100 cavalos.
- d) Japão e 110 cavalos.
- e) Brasil e 100 cavalos.

*Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque se referem às informações retiradas a partir do enunciado.*

*1º: o carro X possui 100 cavalos;*

*2º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês;*

*3º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.*

	100	110	150	Brasil	Alemanha	Japão
X	V	X	X	V	X	X
Y	X	X	V	X	V	X
Z	X	V	X	X	X	V

*Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.*

2. (FUNRIO – 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

# HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB

## HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA

### ORIGEM

Inserida numa faixa de transição entre o litoral e o sertão paraibano, a cidade de Campina Grande se formou em uma área de passagem que, desde cedo, favoreceu deslocamentos, trocas e contatos entre diferentes grupos humanos. A história do município fixa o ano de 1697 como marco de fundação, e esse dado continua organizando a memória pública da cidade. Mais do que uma simples data, esse momento representa o início de uma experiência de ocupação que uniu fatores geográficos, interesses coloniais e redes locais de circulação. A posição da localidade no planalto da Borborema ajudou a explicar por que aquele núcleo inicial, ainda modesto, ganhou importância relativamente rápida dentro do interior paraibano.

Quando se examina com mais atenção o início dessa trajetória, percebe-se que a origem de Campina Grande está associada ao aldeamento dos indígenas Ariús sob a ação de Teodósio de Oliveira Lêdo. Isso significa que a história municipal não pode ser contada como se o espaço estivesse vazio à espera de colonizadores, porque havia a presença indígena e também um projeto de reorganização territorial conduzido pela colonização portuguesa. A formalização dessa presença aparece de modo mais claro no final do século XVII, quando o lugar passa a ser reconhecido dentro da lógica administrativa da colônia. O nascimento de Campina Grande, portanto, está ligado a relações de contato, catequese, domínio e adaptação do território aos interesses de ocupação do interior.

À medida que o povoamento se estabilizava, o entorno oferecia condições favoráveis ao cultivo de mandioca, milho e outros gêneros que sustentavam a vida cotidiana dos colonos e das populações locais. Ao mesmo tempo, a posição geográfica do núcleo permitia que ele funcionasse como área de parada e reorganização de viagens entre diferentes zonas da capitania. Com isso, a futura cidade começou a adquirir um papel que ia além do simples assentamento rural, aproximando-se de uma função comercial e articuladora que marcaria toda a sua história posterior.

### DA FREGUESIA À CIDADE

Com o crescimento da povoação e o aumento de sua importância regional, vieram as mudanças administrativas que lhe deram maior consistência política. Em 1769, o lugar foi elevado à condição de freguesia, e em 1790 passou à categoria de vila com o nome de Vila Nova da Rainha. Já em 11 de outubro de 1864, ocorreu a elevação à categoria de cidade, marco que consolidou sua posição no quadro urbano paraibano. Cada

uma dessas etapas expressou o avanço da organização institucional, da vida econômica e da autoridade local sobre um espaço em expansão.

No interior desse processo de estruturação, a vida urbana foi sendo desenhada ao redor da igreja, das ruas principais e dos edifícios administrativos. O prédio erguido em 1814, que mais tarde se tornaria referência da memória histórica local, funcionou como cadeia pública e como Casa da Câmara quando Campina Grande ainda se chamava Vila Nova da Rainha. Esse detalhe ajuda a perceber que a cidade oitocentista já dispunha de uma malha institucional mais definida, ainda que seu espaço urbano estivesse longe da complexidade que surgiria no século seguinte. A presença da Câmara, de serviços administrativos e de equipamentos públicos revelava uma localidade em nítido processo de consolidação.

Em meio às exigências da vida no agreste, a questão da água também se tornou parte da formação histórica do município. O Açude Velho, cuja construção remonta ao século XIX e é situada em 1830 na memória local, nasceu como uma resposta à necessidade de abastecimento e logo se integrou ao cotidiano urbano de modo duradouro. Mais tarde, ele deixaria de ser apenas uma solução material para se transformar também em referência espacial, afetiva e simbólica da cidade.

Ao longo do século XIX, a cidade também se inseriu nas tensões políticas mais amplas do Nordeste e do Império. A população local participou dos movimentos de 1817, 1824 e 1848, e em 1874 o município se tornou cenário da insurreição do Quebra-Quilos, motivada pela rejeição a impostos e ao novo sistema de pesos e medidas. A repercussão desse episódio ultrapassou o espaço local e alcançou outras áreas nordestinas, o que confere a Campina Grande um lugar expressivo na história das rebeliões populares brasileiras.

### CENTRALIDADE REGIONAL

Desde os seus momentos mais antigos, Campina Grande desenvolveu uma relação muito estreita com o comércio e com a circulação regional. A cidade se firmou como ponto de encontro de caminhos interiores e como espaço favorável à parada de tropeiros, criadores, pequenos produtores e vendedores de diferentes procedências. Essa condição deu origem a uma cultura comercial persistente, que não surgiu por acaso, mas da combinação entre localização geográfica, disponibilidade de gêneros e trânsito constante de mercadorias. Em torno desse movimento, formou-se uma das bases mais estáveis da identidade campinense.

Na prática, a feira não funcionava apenas como local de compra e venda, porque ela reunia experiências sociais muito mais amplas. Era ali que se cruzavam notícias, hábitos, formas de linguagem, acordos de crédito, relações de confiança e modos de sociabilidade próprios do interior nordestino. Com o passar do tempo, esse espaço se transformou em referência cultural de longa duração, associada não só à economia, mas também à memória de como a cidade aprendeu a se reconhecer como centro de circulação regional.

Na parte final do século XIX, essa vocação mercantil já se mostrava plenamente amadurecida. Em 1888, Campina Grande era descrita como uma das localidades mais populosas e prósperas do interior da Paraíba, favorecida pela estrada que ligava os sertões

# LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

A Lei Orgânica funciona como a base institucional do Município, pois organiza o exercício do poder local, define competências, distribui atribuições entre os órgãos municipais e estabelece os grandes compromissos políticos, administrativos e sociais de Campina Grande.

Logo na abertura, o texto mostra uma marca importante: a valorização da cidadania, da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político e da participação popular. Isso indica que a atuação municipal não é pensada apenas como gestão burocrática, mas como instrumento de concretização de direitos e de aproximação entre governo e sociedade.

Outro ponto relevante é que essa Lei Orgânica não trata apenas da organização formal da Prefeitura e da Câmara, mas também disciplina direitos e garantias, mecanismos de controle, instrumentos de planejamento, política tributária, educação, saúde, cultura, meio ambiente, transporte, habitação e proteção de grupos específicos.

Também chama atenção a presença constante da ideia de participação da sociedade civil. O texto prevê plebiscito, referendo, iniciativa popular, assembleia geral, conferências e conselhos.

Em termos práticos, a Lei Orgânica de Campina Grande é um verdadeiro mapa do funcionamento do Município. Quem domina sua estrutura consegue compreender melhor a lógica das competências locais, a atuação dos agentes públicos, os limites do poder e a forma como os serviços e políticas devem ser executados.

Dessa forma, visando à sua melhor preparação para o certame, é indispensável a leitura na íntegra da Lei Orgânica do Município de Campina Grande - PB, disponível no link:

<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campina-grande-pb>

Contudo, a seguir você encontrará o resumo da referida legislação com os pontos mais relevantes à sua preparação.

Bons estudos!

#### Da Organização do Município

#### ● Dos Princípios Fundamentais e Gerais

O texto inicia afirmando a autonomia política, administrativa, financeira e legislativa do Município, sempre dentro da estrutura federativa brasileira e em harmonia com as Constituições da República e do

Estado. Essa autonomia não significa independência absoluta, mas capacidade de auto-organização, auto-governo, autoadministração e produção normativa em matérias de interesse local. A base dessa organização está ligada à cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho, à livre iniciativa, ao pluralismo político e à participação popular.

A norma também fixa objetivos amplos para a atuação municipal. Entre eles aparecem a construção de uma sociedade mais justa, a promoção do desenvolvimento, a redução das desigualdades e o combate a preconceitos e discriminações.

A soberania popular aparece de forma expressa, pois o poder municipal emana do povo e pode ser exercido tanto de forma indireta, por representantes eleitos, quanto de forma direta, por instrumentos próprios de participação. Além disso, a atuação de entidades associativas recebe espaço relevante, reforçando a lógica de gestão participativa e de fiscalização social da vida pública.

#### ● Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Nesse ponto, a Lei Orgânica reproduz, no âmbito municipal, a proteção dos direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela ordem constitucional. O Município assume o dever de respeitar a igualdade, vedar discriminações e assegurar que ninguém seja prejudicado por litigar administrativa ou judicialmente contra órgão municipal.

A norma também valoriza o devido processo administrativo, assegurando publicidade, contraditório, ampla defesa e motivação das decisões. Além disso, garante o acesso à informação sobre projetos públicos, o direito de petição, a obtenção de certidões e a possibilidade de denunciar atos lesivos praticados por órgãos, entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos.

Outro bloco importante está nas vedações impostas ao Município, que não pode, por exemplo, criar embaraços à liberdade religiosa, recusar fé a documento público, estabelecer distinções entre brasileiros ou conceder benefícios fiscais sem interesse público justificado em lei. Essas limitações mostram que a atuação municipal também é contida por regras de neutralidade, legalidade e respeito à ordem constitucional.

#### ● Do Município

A Lei Orgânica define que os Poderes municipais são o Legislativo e o Executivo, independentes e harmônicos entre si. A cidade de Campina Grande é a sede do Governo e do Município, e seus símbolos oficiais incluem bandeira, hino, brasão e canção.

Em seguida, a norma detalha as competências municipais, entre as quais estão legislar sobre interesse local, organizar serviços públicos, instituir tributos, ordenar o território, administrar bens, desapropriar, regulamentar o comércio e fiscalizar diversas atividades. Aparece ainda a possibilidade de cooperação com a União, o Estado e outros Municípios, inclusive por meio de convênios e entidades intermunicipais.

O texto também trata do patrimônio público e da divisão político-administrativa, estabelecendo que os bens municipais devem ser cadastrados, preservados e administrados com critérios técnicos, com restrições importantes para alienação, especialmente quando se

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E DOCUMENTOS EM GERAL

### REDAÇÃO OFICIAL – CORRESPONDÊNCIA E ATOS OFICIAIS, MODELOS OFICIAIS, OFÍCIOS E REQUERIMENTOS

#### Manual de Redação da Presidência da República

Sabe-se da importância de se trabalhar o conteúdo de redação oficial, já que o tema está presente em muitos dos editais de concursos federais.

A fonte de pesquisa básica é a 3ª edição, de 29 de dezembro de 2018, revista, atualizada e ampliada do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República* (MRPR).

#### Retrospectiva Histórica

Em 11 de janeiro de 1991, o presidente da República autorizou a criação de uma comissão, presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais.

Depois de nove meses, foi apresentada a primeira edição do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*.

Esse manual foi dividido em duas partes: a primeira, elaborada pelo diplomata Nestor Forster Jr.:

- tratava das comunicações oficiais;
- sistematizava seus aspectos essenciais;
- padronizava a diagramação dos expedientes;
- exibia modelos;
- simplificava os fechos que vinham sendo utilizados desde 1937;
- suprimia arcaísmos; e
- apresentava uma súmula gramatical aplicada à redação oficial.

A segunda parte, a cargo do ministro Gilmar Mendes, ocupava-se:

- da elaboração e redação dos atos normativos no âmbito do Executivo;
- da conceituação e exemplificação desses atos; e
- do procedimento legislativo.

Depois de 10 anos do lançamento da 1ª edição, foi necessário fazer uma adequação das formas de comunicação usadas na Administração aos avanços da informática.

Outras alterações decorreram da necessidade de adaptação do texto à evolução legislativa na matéria e às alterações constitucionais ocorridas no período.

Segundo o apresentador dessa nova edição, Pedro Parente, chefe da Casa Civil da presidência da República do governo de Fernando Henrique Cardoso, esperava-se que essa nova edição do manual contribuisse, tal qual a primeira, para a consolidação de uma cultura administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com a consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Nessa 3ª edição, você perceberá muitas mudanças significativas tanto na formatação dos documentos oficiais quanto na formulação dos aspectos da linguagem e das normas estruturais.

E o que é redação oficial na concepção dos organizadores desse trabalho? Veja a resposta que foi dada por eles a essa pergunta:

*Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. [...] interessa-nos tratá-la do ponto de vista da administração pública federal. (Brasil, 2018, p. 16)*

Já para nós, que lidamos com conteúdo para concursos, quais são as principais características normativas cobradas nas provas de certames públicos?

Perceba que os três principais motivos que justificam a elaboração do manual e suas revisões são a modernização, a atualização e a busca por eficiência.

A própria passagem do tempo já tornaria essas revisões necessárias, considerando a constante evolução da linguagem e da sociedade pela qual passamos.

É justamente esse o ponto que originou a participação desse assunto nos concursos públicos. Afinal, para quem vai trabalhar no setor público, é realmente importante saber comunicar-se com habilidade e usar os meios adequados para isso se o que se propõe é um serviço eficiente para a sociedade.

Por isso, ao estudar redação oficial, é importante compreender as características da linguagem utilizada, a formatação e a estrutura dos textos — especialmente do padrão ofício — e informações sobre quem envia e quem recebe cada tipo de correspondência, bem como acerca da finalidade de cada uma.

Nosso objetivo é tornar esse assunto um ponto bem simples e objetivo a ser estudado.

#### ● Notas do Prefácio de Gilmar Mendes

A seguir, vejamos trechos do prefácio composto por Gilmar Mendes (Brasil, 2018, p. 12):

#### *Prefácio*

*É com grande entusiasmo que recebo a incumbência de prefaciar a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República, vinte e sete anos após presidir a Comissão encarregada da primeira edição desta obra.*

*[...]*

*A primeira revisão ocorreu em 2002, motivada pelas alterações tecnológicas e legislativas da época.*


*[...]*

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

**ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO**